

Tudo bem no ano que vem

ESTADO DE SÃO PAULO

Os ministros da Fazenda e do Planejamento, com excesso de boa fé, acreditam que, no presente exercício, nada se pode fazer de sério contra a inflação. Por isso, tentarão contê-la para impedir que descaça numa superinflação, que acabaria com o governo e, provavelmente, com o regime democrático. Mas os ministros estão concentrando seus esforços principalmente no orçamento federal de 1989, que, no tocante à administração central, seria equilibrado. Será isto bastante para refrear a inflação atual?

A propósito, poderíamos indagar se o que o governo pretende fazer no próximo ano não poderia ser feito neste. O ministro da Fazenda poderá alegar que já estamos em agosto e que, a esta altura do ano, seria muito difícil restringir os gastos a ponto de zerar o orçamento da administração central. No primeiro semestre, o governo conseguiu resultado bastante satisfatório quanto ao déficit público, resultado que, projetado no segundo semestre, seria um déficit inferior aos 4% do PIB, que

corresponde ao compromisso assumido com o FMI. Mas, diante desse resultado, que não parece advir apenas da suspensão do pagamento da URP em maio e junho, o governo já está pensando em gastar mais e até em antecipar a recuperação da URP não paga nos meses anteriores.

O governo poderá argüir também que, se pode pensar em zerar as contas da administração central no ano vindouro, pode fazê-lo com base no regime tributário que será instituído pela futura Constituição. Perdendo receitas que, segundo o presidente José Sarney, tornarão inviável a execução orçamentária, o ministro do Planejamento adaptou-se, sem dificuldades, ao novo regime tributário, suprimindo diversos programas sociais, que ficarão a cargo dos Estados e municípios. Esse fato revela, aliás, que os constituintes estavam certos ao criticar os ataques do presidente Sarney à reforma tributária, argumentando que o governo central não perderia receitas, mas, apenas, poderes.

A não ser, o governo federal

poderá perfeitamente, ainda neste exercício, abrir mão de alguns "poderes". Até há pouco não o havia feito para que o presidente Sarney conseguisse o mandato de cinco anos; agora, não o faz porque ambiciona eleger a maioria dos prefeitos do País. Não é o realismo econômico que guia os ministros do Planejamento e da Fazenda, mas, apenas, o "realismo político". Mas essa situação não deixa de causar-nos preocupação.

Submetendo-se a esse "realismo político", os ministros da área econômica assumem enorme responsabilidade, pois, com a taxa atual de inflação, qualquer "acidente de percurso" poderá agravar tremendamente o processo inflacionário. O ministro Mafson da Nóbrega reconheceu publicamente que os boatos em torno de congelamento podem criar uma situação tal em que o governo tenha de optar mesmo pelo congelamento ou de assentir na hiperinflação. Deste modo, não se pode deixar de considerar audaciosa a pretensão de bloquear a hiperinflação com a esperança de controlar o déficit no ano vindouro.

Mais ainda: se a opinião pública está ciente de que são de natureza política os fatores que hoje impedem que se tomem medidas mais drásticas para reduzir o déficit público, em que se apóia a convicção de que em 1989 será mais fácil adotar medidas mais duras? No próximo ano, haverá eleições presidenciais, certamente muito mais importantes do que as eleições deste ano. Por seu realismo político, o ministro da Fazenda está sofrendo revezes, devendo por isso antecipar o pagamento da URP.

Muito tardiamente, conseguiu ele impor uma taxa de juros positiva. Mas, será que conseguirá manter por mais alguns meses esta política que parece favorecer os rendeiros e que aumenta o déficit público? É preciso pensar nas dificuldades que irá enfrentar nestes próximos meses o ministro da Fazenda. Concordamos com este em que, enquanto o déficit público estiver muito alto, de nada servirá tomar medidas paralelas para estancar a inflação. Não se deveria optar desde já pelo heroísmo fiscal?